

HABEAS CORPUS Nº 547.780 - SP (2019/0352946-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCIANO PEREIRA DE ANDRADE - SP241228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR HUMBERTO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DA DECISÃO DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS QUE DEFERIU A PROGRESSÃO DE REGIME AO PACIENTE. DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A ANÁLISE DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL SUSCITADO. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VICTOR HUMBERTO DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo em Execução Penal n.º 0004701-32.2019.8.26.0521.

Depreende-se dos autos que o Paciente se encontrava cumprindo, em regime fechado, a pena total de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, pela prática dos crimes de roubo qualificado e roubo qualificado tentado, com término previsto para 02/10/2026 (fl. 13).

O Juízo das Execuções Criminais deferiu ao Paciente a progressão ao regime semiaberto.

Inconformado, o *Parquet* interpôs agravo em execução, que foi provido pelo Tribunal de origem para determinar o retorno do Apenado ao regime fechado e a realização de exame criminológico (fls. 10-16).

No presente *writ*, o Impetrante sustenta, em síntese, que o Paciente preenche todos os requisitos necessários para a obtenção da progressão de regime, bem como que o exame criminológico foi determinado pela Corte de origem sem a devida fundamentação, em

afronta, assim, ao disposto na Súmula Vinculante n.º 26/STF.

Ressalta que "*a fundamentação que a SV 26 exige é acerca de fatos ocorridos durante o cumprimento da pena privativa de liberdade e não quanto à abstração da gravidade do delito ou da quantidade de pena*" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento do regime semiaberto em favor do Paciente, sem a necessidade da realização de exame criminológico (fl. 9).

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos a cópia da decisão do Juízo das Execuções Criminais que deferiu ao Apenado a progressão ao regime semiaberto, o que inviabiliza o exame da controvérsia. Saliento que a cópia do referido documento é indispensável em razão da necessidade de se cotejar as razões da decisão inicial (mais benéfica) com as do acórdão combatido (que agravou a situação do Paciente).

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ

Relatora